

## Cotação

•Dólar: R\$ 5,76

•Euro: R\$ 6,23



**COMUNICAÇÃO**

**CARAGUATATUBA**

GOVERNO MUNICIPAL

TEMPO DE PROSPERIDADE

Segunda-Feira • 31 de Março de 2025

# CLIPPING

## Efemérides

Hoje	1 de Abril
<ul style="list-style-type: none"><li>• Aniversário do Golpe Militar (1964)</li><li>• Dia da Integração Nacional</li><li>• Dia da Saúde e Nutrição</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dia da Abolição da Escravidão dos Índios (1680)</li><li>• Dia da Mentira</li></ul>

## Agenda do Prefeito

Hoje	1 de Abril
<ul style="list-style-type: none"><li>• 11: Convite AMVALE: Cerimônia de Transmissão de Cargo e Posseno no Gran Continental Hotel</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sem Agenda</li></ul>

## Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • Radar Litoral • Nova Imprensa • G1 Vanguarda • Repórter Online Litoral • Fala Caragua • Diário Caiçara • Notícias das Praias • Ubatuba Times • Agora Vale • Litoral Norte Web • TV Thati • Notícias do Litoral Norte •

## Índice

<b>Política.....</b>	<b>3</b>
O Estado de São Paulo.....	3
O Estado de São Paulo.....	4
O Estado de São Paulo.....	5
O Estado de São Paulo.....	6
O Estado de São Paulo.....	7
O Estado de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
O Estado de São Paulo.....	12
O Estado de São Paulo.....	13
O Estado de São Paulo.....	14
Folha de São Paulo.....	15
Folha de São Paulo.....	16
Folha de São Paulo.....	17
Folha de São Paulo.....	18
Folha de São Paulo.....	19
Folha de São Paulo.....	20
Folha de São Paulo.....	21
Folha de São Paulo.....	22
Folha de São Paulo.....	23
Folha de São Paulo.....	24
Folha de São Paulo.....	26
Folha de São Paulo.....	27
Folha de São Paulo.....	28
Folha de São Paulo.....	29
Câmara Municipal de Caraguatatuba marca presença na posse do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.....	30
Prefeitura de Caraguatatuba abre inscrições para contratação de organização social para serviços de saúde. Confira o edital:.....	31
Prefeitura abre novo chamamento para gestão da Saúde com ampliação de serviços em Caraguatatuba.....	32
<b>Cotidiano.....</b>	<b>33</b>
O Estado de São Paulo.....	33
O Estado de São Paulo.....	34
Teatro Mario Covas recebe patrocínio para sistema de climatização.....	35
Caraguatatuba, sediará o maior congresso de turismo de natureza do Brasil em setembro/2025.....	36

Delegado Rodolfo do 1º DP de Caraguatatuba recebe medalha da Ordem do Mérito das Forças de Paz do Brasil.....	37
Caraguatatuba lança campanha para Imposto de Renda Solidário 2025.....	38
Caraguatatuba realiza Fórum Municipal de Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	39
Chef de Caraguá está no maior evento de confeitaria do Brasil.....	40
Aposta de Caraguatatuba acerta a quina da Mega-Sena e fatura R\$ 48,4 mil.....	41
Justiça autoriza prorrogação de contrato da gestão de saúde em Caraguatatuba.....	42
<b>Geral.....</b>	<b>43</b>
GCM Caraguatatuba intensifica fiscalização à motocicletas irregulares; barulho proposital congestionam chamados de perturbação do sossego.....	43
Homem morre após ser baleado dentro de carro em Caraguatatuba.....	44
Morador de rua é morto a tiros em Caraguatatuba.....	45
<b>Clipping Eletrônico.....</b>	<b>46</b>
Entrevista com o Presidente da Fundacc, Adba Cuba, para a TV Câmara.....	46

## Política

O Estado de São Paulo

 **ESTADÃO 150**Notícia  • [Educação](#)

## Cidade do litoral de SP aprova publicidade em uniformes e kits escolares

De iniciativa da prefeitura, projeto foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal. Prática, entretanto, é considerada abusiva pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Estado de São Paulo

**ESTADÃO 150**

Um programa da prefeitura de Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, prevê a inserção de publicidade em uniformes e kits escolares dos alunos da rede municipal de ensino. De iniciativa da prefeitura, o projeto instituindo o programa foi aprovado por unanimidade pela Câmara. O prefeito Mateus Silva (PSD) diz que a medida vai gerar economia para o município e beneficiar as famílias que não têm recursos para comprar o material escolar.

Embora o Ministério da Educação (MEC) não tenha diretriz contrária à medida, a prática é considerada abusiva pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) por possível influência na formação dos alunos.

O Estado de São Paulo



A prefeitura de Caraguatatuba não se manifestou sobre o posicionamento do Conama. A reportagem também entrou em contato com o Ministério Público de São Paulo e aguarda retorno.



EMEF Jetuba 2 Profº Auracy Mansano, em Caraguatatuba *Foto: Prefeitura Municipal de Caraguatatuba*

O Estado de São Paulo

**ESTADÃO 150**

**A lei foi sancionada pelo prefeito e publicada no último dia 13.** As empresas interessadas fornecem os uniformes e podem inserir sua logomarca em espaços definidos pela prefeitura. A rede municipal de Caraguatatuba tem 16.970 alunos, distribuídos entre a pré-escola (3.324), anos iniciais do ensino fundamental (8.612) e anos finais do ensino fundamental (5.034).

O Estado de São Paulo

**ESTADÃO 150**

**Os estudantes estão indo às aulas sem o uniforme e sem o material escolar completo,** normalmente fornecidos até o final de fevereiro. **A prefeitura alega falta de recursos para a compra.** Em 2024, foram gastos R\$ 6,8 milhões para a compra dos uniformes e cerca de R\$ 4,6 milhões na aquisição de materiais escolares.

O prefeito afirma que a parceria com a iniciativa privada representa uma alternativa para dar suporte às famílias sem condições financeiras para arcar com os custos do material. “Essa iniciativa permite que os alunos da rede municipal tenham acesso aos materiais escolares sem custo para as famílias, ao mesmo tempo em que fortalece a relação entre o poder público e o setor privado em prol da educação”, diz, em nota.

O Estado de São Paulo

**ESTADÃO 150**

Silva argumenta ainda que a medida estimula a economia local, pois os materiais e uniformes serão adquiridos com fornecedores do município. “Esse modelo de parceria também beneficia o comércio, pois garante que os investimentos retornem para a cidade e contribuam com a geração de empregos.”

A lei veda a propaganda de partidos políticos e de empresas que comercializam produtos ou serviços proibidos ou impróprios para menores, como armamentos e bebidas alcoólicas. **A logomarca da empresa também não pode ser maior que o emblema da unidade de ensino.**

O Estado de São Paulo

**ESTADÃO 150**

**A prefeitura prepara a abertura de um edital para a participação das empresas interessadas** em ter sua propaganda nos uniformes. O prefeito orienta as interessadas a entrarem em contato com a Secretaria de Educação para ter mais informações sobre o processo.

## **Projeto já foi vetado na capital paulista e em Mauá**

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou em 2017 um projeto para liberar a propaganda em uniformes da rede escolar do município. As condições eram semelhantes às adotadas em Caraguatatuba, mas o texto foi vetado pelo então prefeito, João Dória, na época filiado ao PSDB.

O Estado de São Paulo

**ESTADÃO 150**

Em 2021, o Tribunal de Justiça de São Paulo derrubou uma lei de iniciativa da Câmara de Mauá que previa a doação de uniforme escolar na rede municipal em troca da propaganda de empresas. A Prefeitura entrou com uma ação e o TJ julgou a lei inconstitucional, entendendo que a iniciativa da Câmara invadiu competência do executivo.

## **Resolução de 2014 veta propaganda**

Uma resolução do Conanda publicada em abril de 2014 considera “abusiva a publicidade e comunicação mercadológica no interior de creches e das instituições escolares da educação infantil e fundamental, inclusive em seus uniformes e materiais didáticos”.

O Estado de São Paulo

**ESTADÃO 150**

Questionado a respeito, o MEC informou que não tem nenhuma diretriz para essa questão, pois não interfere em decisões de competência municipal. Já o Conanda, órgão colegiado vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, diz que a resolução de 2014 proíbe explicitamente essa prática, tornando a permissão concedida pela prefeitura de Caraguatatuba juridicamente questionável.

“Diante disso, cabe ao Ministério Público, Defensorias Públicas, Procons e demais órgãos de proteção aos direitos da criança e do adolescente fiscalizar e, se necessário, tomar medidas para coibir essa prática, podendo incluir recomendações, ações civis ou notificações à administração municipal”, afirma.

## O Estado de São Paulo

Ação penal do golpe

## De 2002 para cá, média para julgar ações penais no STF é de dois anos

— Para concluir a investigação a respeito dos atos do 8 de Janeiro de 2023 ainda em 2025, Supremo terá que mudar o ritmo que tem sido usual na Corte, de 722 dias

HUGO HENUD

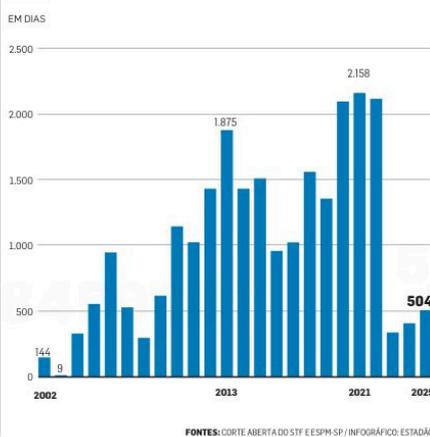
O Supremo Tribunal Federal (STF) terá de mudar o ritmo usual se quiser concluir ainda em 2025 o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro como tem previsto. A Corte leva, em média, quase dois anos (722 dias) para analisar ações penais — tempo que cai para 605 dias nos processos desse tipo sob relatoria de Alexandre de Moraes, ministro responsável pelo caso do ex-presidente. Mesmo assim, esse prazo seria insuficiente para encerrar o julgamento até o fim do ano.

O levantamento, realizado pela pesquisadora e professora da ESPM-SP Ana Laura Barbosa, com base na plataforma Corte Aberta do STF, analisou ações penais entre 2002 e 2025, considerando o período entre o recebimento da denúncia e a decisão colegiada final, ou seja, aquela tomada em conjunto pelos ministros, seja nas Turmas ou no Plenário. O tempo médio dos processos foi de 722 dias, equivalente a 1 ano e 11 meses. Para concluir o caso de Bolsonaro ainda em 2025, o STF teria que encurtar esse prazo pela metade.

Embora ações penais levem mais tempo do que outras classes processuais — como habeas corpus e mandados de segurança, que costumam tramitar com mais celeridade por envolverem medidas urgentes —, a pesquisadora observa que, a partir de 2023, houve

## TEMPO MÉDIO DE DECISÕES SOBRE AÇÕES PENAIS (2002-2025)

Levantamento considera o tempo entre o início da atuação da Corte, como o recebimento da denúncia, e a decisão colegiada, tomada por Turmas ou pelo Plenário



uma queda significativa no tempo médio dos julgamentos colegiados. Em sua avaliação, esse movimento pode ser explicado pela prioridade que o STF tem dado aos casos ligados aos atos golpistas de 8 de janeiro. Nesse período, o Supremo também alterou seu regimento interno, devolvendo as ações penais às turmas, como forma de agilizar a tramitação desses processos.

“Mesmo considerando esse ritmo, ainda é difícil que o julgamento seja concluído neste ano, por conta da complexidade do processo”, avalia.

Como mostrou o **Estadão**, criminalistas e interlocutores de ministros avaliam que a expectativa é concluir o julgamento ainda em 2025, para evitar que o caso se arraste até o ano eleitoral de 2026. Bolsonaro, por sua vez, tem criticado

publicamente o que considera um ritmo acelerado no Supremo, especialmente sob a condução de Moraes.

Nos 20 processos penais sob relatoria de Alexandre de Moraes na Primeira Turma desde 2023, o tempo médio até uma decisão colegiada tem sido de cerca de um ano e nove meses (605 dias). Embora mais rápido que a média da Corte, esse ritmo ainda seria insuficiente para encerrar o julgamento de Bolsonaro até dezembro, caso siga o mesmo padrão.

**CRITÉRIOS.** A pesquisadora pondera que não há problema em acelerar a tramitação das ações relacionadas ao 8 de Janeiro e também a que envolve Bolsonaro, desde que todas as etapas legais sejam respeitadas. “Não basta agir corretamente: é preciso demonstrar isso com decisões claras, bem justificadas, baseadas em critérios justos e conduzidas com seriedade. Essa é a raiz da legitimidade do tribunal”, diz.

O jurista e professor de Direito Penal da USP Gustavo Badaró concorda e destaca que, no atual contexto de polarização, o STF precisa se esforçar para garantir máxima transparência e clareza sobre suas decisões, sejam elas favoráveis ou contrárias a Bolsonaro. “Não é suficiente que o juiz e o tribunal sejam imparciais; é fundamental que também pareçam imparciais aos olhos da sociedade, para que o julgamento seja percebido como legítimo”,

afirma. “Os ministros precisam estar atentos a todas essas questões.”

O criminalista e presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), Antonio Pedro Melchior, ressalta que o tempo médio de tramitação das ações penais deve considerar as particularidades de cada processo, como a quantidade de crimes e o número de réus envolvidos. Para ele, a legitimidade do julgamento não está necessariamente vinculada à duração do processo, mas sim à forma como ele é conduzido, com respeito às garantias legais e ao direito de defesa.

**Com Moraes**  
**Nos processos relacionados por Alexandre de Moraes, tempo tem sido de um ano e nove meses**

“Se forem mantidos todos os direitos e garantias, a legitimidade está preservada. O aspecto político, se existir, não pode ser critério para definir o tempo de julgamento”, resume.

Além de Bolsonaro, outros sete investigados se tomaram réus após a Primeira Turma do STF aceitar a denúncia da PGR nesta quarta-feira, 26. O grupo é acusado de tentativa de golpe de Estado, organização criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.●

## O Estado de São Paulo

## Mobilidade

# Prefeitura de SP estuda instalar teleférico na região da Brasilândia

**Proposta divide opiniões e parte dos moradores defende outros investimentos prioritários no distrito da zona norte**

.....  
**PRISCILA MENGUE**  
 .....

A Prefeitura de São Paulo estuda uma opção “alternativa” de mobilidade urbana: o teleférico. A experiência-piloto e em etapa inicial de desenvolvimento envolveria a Brasilândia, distrito de 240 mil habitantes e relevo acidentado nas bordas da Serra da Cantareira, na zona norte.

O anúncio ocorre semanas após Salvador firmar contrato para financiar a criação de uma linha de teleférico, interligada com o metrô. Outras cidades também discutem o tema, que voltou a ganhar força uma década após várias capitais da América Latina adotarem o serviço inspiradas na experiência pioneira de Medellín, na Colômbia, iniciada há 20 anos.

A proposta divide opiniões. A publicação de anúncio do estudo nas redes sociais – com o prefeito, Ricardo Nunes (MDB), e a vereadora Sandra Santana (MDB) – atraiu críticas de parte dos moradores do entorno, que defendem outros investimentos prioritários no

distrito, um dos mais vulneráveis da cidade.

Especialistas também divergem sobre se a Prefeitura deveria adotar esse tipo de transporte. Em comum, porém, ambos mencionam a experiência no Rio de Janeiro (que suspendeu a operação por anos até a retomada parcial, em 2024) como sinal de alerta sobre custos de manutenção e dificuldades de gestão dessa estrutura.

Estima-se que o custo do teleférico paulistano seria de R\$ 200 milhões para cada quilômetro de extensão, chegando a mais de R\$ 1 bilhão para o trajeto mais provável, de 4,5 km, que ligaria o entorno do Centro Educacional Unificado (CEU) Paz, na parte alta, até o entorno da futura Estação Brasilândia de metrô, da Linha 6. Opções mais extensas também são discutidas.

O estudo é tratado como preliminar, com uma nova etapa de levantamento de dados a ser desenvolvida pela SPTrans ao longo de cerca de dois meses. Não há cronograma de implementação. Nesta semana, jornalistas questionaram Nunes sobre o estudo após ter criticado proposta do então candidato Pablo Marçal (PRTB) no ano passado, que também envolvia teleféricos. Ele respondeu que são projetos muito diferentes. “É uma situação específica para quando o rele-

vo assim exigir”, respondeu na sexta-feira.

**DISCUSSÃO.** A proposta começou a ser discutida há cerca de dois anos pela SP Urbanismo. Segundo o diretor-presidente da empresa municipal, Pedro Martin Fernandes, alternativas foram avaliadas, mas o relevo e o tipo de urbanização daquele entorno dificultariam a execução. “Cogitamos me-

.....  
**Custo estimado**  
**R\$ 200 milhões por**  
**quilômetro, ou mais de**  
**R\$ 1 bilhão para o trajeto**  
**mais provável**  
 .....

lhorar a (Avenida Deputado) Cantídio Sampaio, mas o espaço está saturado e com complexidade de desapropriação grande, não só fundiária”, justifica. Para Fernandes, a zona norte é a que tem características para esse tipo de experiência.

Como referência, ele cita o Aquático SP, transporte hidroviário inaugurado em 2024. “Em vez de água, são os morros”, diz. Para ele, a experiência no Rio teve problemas por possíveis impasses de gestão e integração, dentre outros fatores, não pelo modal em si. ●

## O Estado de São Paulo

Marcelo Vieira Salles

## ‘Centro de SP está mais limpo do que antes’

— *Novo subprefeito da Sé, que já ocupou o cargo, diz que dará continuidade a trabalho do antecessor*

## ENTREVISTA

**Coronel da reserva e ex-comandante-geral da Polícia Militar, foi subprefeito da Sé de 2021 a 2023 e agora retorna ao cargo**

## ÍTALO LO RE

**R**ecém-empossado, o novo subprefeito da Sé, coronel Marcelo Vieira Salles (PSD), de 58 anos, avalia que o centro de São Paulo hoje está mais limpo do que há dois anos, quando ele encerrou a primeira passagem pelo cargo. A ideia, diz, é dar conti-

nuidade ao trabalho de seu antecessor, o coronel Alvaro Camilo, que, assim como Salles, também é ex-comandante-geral da Polícia Militar.

**Qual será a prioridade nessa nova gestão na Subprefeitura da Sé?**

Trabalhar pelas pessoas. São Paulo tem mais de 12 milhões de habitantes, quase 500 mil na área da Subprefeitura da Sé – isso de população residente. A população flutuante é de 2 milhões que trabalham, estudam, recorrem ao centro nos vários modais. De bicicleta, metrô, trem, a pé. Esse é o objetivo: ter condições de receber as pessoas e aqueles que moram, podendo proporcionar o que merecem e requerem. Limpeza pública, espaços públicos

utilizáveis, praças públicas, apoiar a segurança pública por meio da prevenção primária.

**O senhor esteve à frente da Subprefeitura da Sé de 2021 a 2023. Hoje o centro está mais limpo do que naquela época?**

Está mais limpo do que naquela época. O coronel Camilo fez um trabalho importante, conseguiu aprimorar ações que já havíamos dado início. O número de equipes que atuavam no centro da capital foi aumentado. Relatávamos essa necessidade. Para atender toda a demanda, de 26 km<sup>2</sup>, com todos os detalhes e desafios da subprefeitura, era necessário incremento das estruturas. O orçamento, quando eu era subprefeito em 2022, era de R\$



**“Uma das atribuições da subprefeitura é ordenar o território. A norma municipal prevê que pessoas em situação de vulnerabilidade possam montar a sua barraca, mas em determinados horários, das 18h até as 7h”**

100 milhões. Ano passado foram R\$ 177 milhões. Não tenho dúvida de que melhorou (a limpeza no centro).

**Há dois anos, o enfoque foi a zeladoria do centro e a remoção de barraca de população de rua para alcançar esse fim. Isso continua sendo importante?**

Uma das atribuições da subprefeitura é ordenar o território. A norma municipal prevê que pessoas em situação de vulnerabilidade possam montar a sua barraca, mas em determinados horários, das 18h até as 7h, para que as outras pessoas que utilizam os espaços públicos, as calçadas, possam passar, e evitar acidentes. Quando se fala de ordem urbana, de prevenção primária, não há como dissociar da zeladoria. Diariamente, são recolhidas na área da Subprefeitura da Sé 682 toneladas de lixo. É muita coisa. Nas cenas abertas de uso (de drogas, na Cracolândia), nos Campos Elísios, mais de 100 toneladas (são recolhidas).

**Como vê essas iniciativas de distribuição de comidas no centro?**

A caridade é um predicado do ser humano. Mas precisa ser com ordem, porque senão corre risco grande. Quando fui subprefeito pela primeira vez, o padre (Luiz Eduardo) Baronto, da Catedral da Sé, nos procurou por conta do número de baratas na escadaria. As pessoas comiam e às vezes jogavam resto de comida por lá. Começa a ter problema de saúde pública. Conversamos com as ONGs e conseguimos reordenar. ●

## Folha de São Paulo

LITORAL PAULISTA

## Caraguatatuba (SP) aprova publicidade em uniformes e kits escolares

Projeto de urgência que deu origem a lei depende de edital para atrair empresas e sair do papel

F DÊ UM CONTEÚDO



28.mar.2025 às 8h00

Ouvir o texto

A-

A+

### João Pedro Feza

**SANTOS** [Caraguatatuba](#), no [litoral norte paulista](#), liberou publicidade em kits e uniformes escolares de 16.970 alunos da rede de educação básica, mas as crianças seguem sem receber os itens porque ainda falta a abertura de edital para atrair empresas interessadas.

Aprovado por unanimidade na Câmara em 11 de março —apenas 1 dos 15 vereadores faltou por motivos médicos—, a iniciativa do

## Folha de São Paulo

Aprovado por unanimidade na Câmara em 11 de março —apenas 1 dos 15 vereadores faltou por motivos médicos—, a iniciativa do Executivo chegou em regime de urgência, ganhou sinal verde do Legislativo e deu origem à lei 2.270, publicada no Diário Oficial do último dia 13.



Alunos em sala de aula de escola municipal em Caraguatuba (SP); projeto de lei liberou publicidade em kits e uniformes escolares - Prefeitura de Caraguatuba em Facebook

---

Sancionada pelo prefeito Mateus Silva (PSD), a lei permite inserção do nome ou marca de empresas em uniformes e kits que, como contrapartida, serão doados por esses mesmos

## Folha de São Paulo

Sancionada pelo prefeito Mateus Silva (PSD), a lei permite inserção do nome ou marca de empresas em uniformes e kits que, como contrapartida, serão doados por esses mesmos patrocinadores.



PUBLICIDADE

É vedada a publicidade de partidos políticos e de quem vende produtos ou serviços proibidos ou impróprios para menores —como bebidas alcoólicas e armamentos. A logomarca da patrocinadora em camisetas e mochilas, por exemplo, não poderá ser maior que o emblema da escola.

"Essa iniciativa permite que os alunos tenham acesso aos materiais escolares sem custo para

## Folha de São Paulo

---

"Essa iniciativa permite que os alunos tenham acesso aos materiais escolares sem custo para as famílias e fortalece a relação entre o poder público e o setor privado em prol da [educação](#)", justifica o prefeito.

Como a intenção é contar com fornecedores locais, Silva ressalta que "esse modelo de parceria beneficia o comércio local e contribui para gerar empregos".

Estudantes da pré-escola e dos anos iniciais e finais do ensino fundamental ainda esperam pelo benefício.

"Será aberto edital para a participação dos interessados", disse a prefeitura, por nota à reportagem, em 26 de março. Prazos não foram informados.

Em 2024, os uniformes custaram R\$ 6,8 milhões, e os materiais que formam os kits, como canetas, tesouras e cadernos, R\$ 4,8 milhões. A previsão orçamentária da Secretaria Municipal de Educação para 2025 soma R\$ 345,8 milhões. O montante é considerado insuficiente para cumprir todas as agendas da pasta.

## Folha de São Paulo

### 'NEM OUTDOOR NEM ABADÁ'

"Sabemos que há uma situação de aperto financeiro. Aprovei com dor no coração", declara a vereadora Cássia Gonçalves de Jesus (PT). "Foi um voto contrariado porque sou contra a terceirização no setor."



PUBLICIDADE

Ela diz que as crianças "estão indo com as roupinhas que têm" e que vai questionar a urgência imposta ao projeto pelo Executivo na próxima sessão do Legislativo, terça-feira (1º). "Se era urgente, qual a previsão para sair do papel?"

## Folha de São Paulo

## Educação Infantil



"Vou lutar para ser uma coisa pontual [para este ano] porque há políticas que o município precisa custear 100%", acrescenta a vereadora, que não integra a base do prefeito. "Nossa preocupação é a de que o uniforme vire um outdoor, uma espécie de abadá. Aluno não pode ser garoto-propaganda em escola."

Publicada em abril de 2014, a resolução 163 do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) considera abusiva a publicidade em creches e escolas de educação infantil e fundamental, inclusive nos

## Folha de São Paulo

Criança e do Adolescente) considera abusiva a publicidade em creches e escolas de educação infantil e fundamental, inclusive nos uniformes e materiais didáticos.

Criado em 1991, o conselho é composto por cidadãos ligados à promoção e proteção dos direitos da criança, além de representantes de ministérios.

A Prefeitura de Caraguatatuba argumenta que não há incompatibilidade com a lei. "Não há neste patrocínio qualquer caracterização ilegal de publicidade, direcionamento ao público infantil ou estratégias de comunicação mercadológica que são vedadas pela referida norma", declara.



PUBLICIDADE

## Folha de São Paulo

A prefeitura afirma, ainda, que os kits "não poderão conter propaganda que estimule o consumo ou viole direitos e garantias do sistema de proteção à infância e juventude".

O tema está na pauta de reunião do Conselho Municipal de Educação de Caraguatatuba na segunda-feira (31).

"Temos o parecer do Conanda e outras legislações para analisar a situação. Caso ocorra a necessidade de contato com conselhos nacionais, nós o faremos", diz a presidente do órgão, Paula de Campos Bueno.

Formado por oito indicados pelo Executivo e oito eleitos por segmentos da sociedade, o conselho não foi consultado sobre o projeto. "O ideal é que passasse antes por nós", afirma Bueno.



Folha de São Paulo

# Tamanho de penas do 8/1 divide ministros, e mudança de Fux embaralha plenário

Dos 11 ministros do STF, cinco defendem penas intermediárias ou baixas para réus, evitando sentenças máximas propostas por Moraes

Cézar Feitoza e Catia Seabra

BRASÍLIA O indicativo dado pelo ministro Luiz Fux de que deve mudar sua visão sobre as penas do 8 de janeiro embaralha o cenário dos julgamentos no plenário do STF (Supremo Tribunal Federal).

Dos 11 ministros que compõem o pleno do tribunal, cinco já consolidaram posição contrária às penas máximas sugeridas pelo ministro Alexandre de Moraes —relator de mais de

1.600 ações penais ligadas ao ataque às sedes dos Poderes.

Caso Fux reveja seu posicionamento e vote pela condenação com penas mais brandas, o Supremo pode formar maioria para decretar sentenças intermediárias em julgamentos futuros.

A Folha ouviu cinco ministros do STF nos últimos dois dias sobre o impacto que uma eventual mudança de Fux pode causar no andamento dos processos do 8 de janeiro. Sob reserva, a maioria diz acreditar que o efeito será

pequeno ou nulo na Primeira Turma, mas incerto no plenário.

Um ministro disse que o histórico de Fux não é de benevolência em assuntos penais. Ele é considerado um dos integrantes do setor punitivista do Supremo. A aposta é que o ministro não faça uma manobra brusca na revisão do caso da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos —a mulher que escreveu com batom a frase "perdeu, mané" na estátua "A Justiça" durante o 8 de janeiro.

Continua na pág. A8

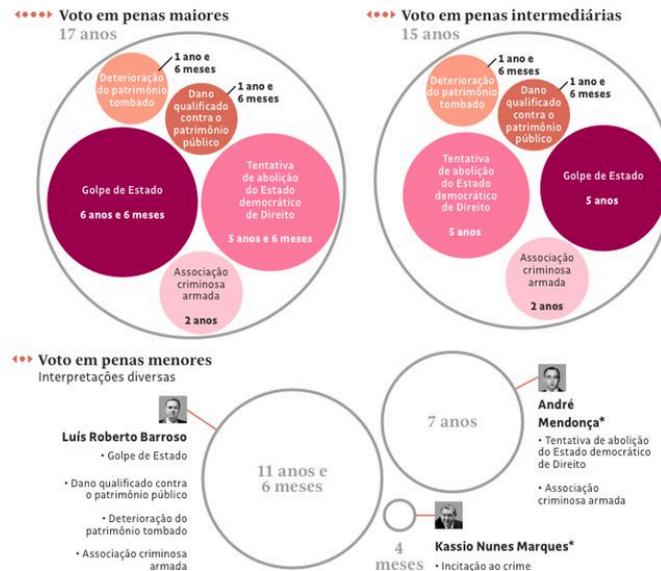
## Ministros do STF se dividem quanto às condenações do 8 de janeiro

O STF começou a julgar as ações penais do 8 de janeiro no plenário e decidiu, em dezembro de 2023, analisá-las na Primeira Turma; os processos abertos antes da data, porém, são analisados pelo plenário do tribunal



## Como votaram os ministros nos casos de condenação a 17 anos, segundo dosimetria da pena

Dos 45 condenados a 17 anos de prisão, somente 5 foram analisados pela Primeira Turma



\* Ministros votam dessa forma nos principais casos; em outros, defenderam penas alternativas que variam de 2 a 5 anos



## Folha de São Paulo

Tamanho de penas do 8/1 divide ministros, e mudança de Fux embaralha plenário

Continuação da pág. A6

Outro integrante do STF avalia que um novo voto de Fux pode reabrir o debate sobre o princípio da consunção — regra que estabelece que uma pessoa não pode ser condenada por um crime-meio se o objetivo final era um crime-fim.

Esse debate é considerado superado no Supremo já que as condenações seguiram os moldes sugeridos por Alexandre de Moraes. Há uma avaliação de que o tema seja rediscutido caso Fux apresente novo voto. A Folha analisou o julgamento dos 45 condenados — até março deste ano — a 17 anos pela participação nos atos do 8/1. Moraes foi sempre seguido integralmente pelos ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux, Flávio Dino e Cármen Lúcia — seis dos 11 integrantes do plenário.

Os ministros Cristiano Zanin e Edson Fachin seguiram Moraes, com ressalvas, na maioria dos processos. Eles sugerem uma pena intermedieira de 15 anos.

Luís Roberto Barroso, André Mendonça e Kassio Nunes Marques apresentaram votos diferentes em quase todos os processos.

Barroso aponta divergência parcial com Moraes. Ele sugere afastar a condenação pela tentativa de abolição do Estado democrático de Direito, por que entende que o caso configura o crime de golpe de Estado. Com isso, a pena cairia de 17 anos para 11 anos e seis meses.

André Mendonça apresenta três votos diferentes, a depender das provas. A pena padrão é de sete anos pelos crimes de abolição do Estado e associação criminosa àqueles que comprovadamente depredaram os prédios.

Em outros casos, Mendonça pede quatro anos e dois meses ou cinco anos de prisão, conforme análise dos autos.

Kassio é o único que nega, nos votos, que os acusados pelo 8 de janeiro cometeram crimes contra o Estado. Ele sugere penas de quatro meses de detenção ou de dois anos e seis meses, por incitação ao crime ou deterioração do patrimônio público, de acordo com as provas apresentadas pela PGR.

Os cinco ministros ouvidos pela Folha afirmam que, por mais que o cenário seja de incerteza quanto ao plenário, a Primeira Turma tem consenso e uma eventual mudança de Luiz Fux traria pouco impacto aos julgamentos do colegiado.

O ministro Luiz Fux anunciou na quarta-feira (26) que pretende revisar o processo contra Débora dos Santos para apresentar uma nova dosimetria da pena para a cabeleireira. "Debaixo da toga bate o coração de um homem, então é preciso que nós também tenhamos essa capacidade de refletir", disse.



Golpistas invadem e depredam o Palácio do Planalto, em Brasília, nos ataques de 8 de janeiro Gabriela Biló - 8.jan.23/Folhapress

## Acordos do 8/1 chegam a 546, e 237 que rejeitaram são condenados a 1 ano

Acusados que não aceitaram proposta da PGR têm penas alternativas como trabalho comunitário e curso

José Marques

**BRASÍLIA** Ao menos 546 pessoas que se tornaram réus por incitação aos ataques golpistas de 8 de janeiro firmaram acordos com a PGR (Procuradoria-Geral da República) para escapar de condenações. Outros 237 rejeitaram a proposta e foram condenados nos últimos meses, com pena de um ano de reclusão.

Essa pena de prisão aplicada aos réus que recusaram os acordos foi substituída por medidas alternativas, como a prestação de serviços comunitários e a proibição de usar redes sociais. São obrigações similares àquelas que foram impostas às pessoas que aceitaram a proposta.

A diferença principal entre os dois grupos é que os acusados que rejeitaram o acordo passarão a ter uma condenação criminal como antecedente.

O Código Penal prevê que esse tipo de acordo seja oferecido para crimes com penas mínimas de até quatro anos e para réus sem antecedentes criminais, entre outros critérios.

As pessoas que fizeram os acordos, chamados ANPPs (acordos de não persecução penal), tiveram que confessar os crimes e se comprometer a pagar multas e a cumprir obrigações. Essas multas variam de R\$ 5 mil a R\$ 50 mil. Em alguns casos, não houve aplicação de multas.

Em troca, as ações penais ficam suspensas e só são retomadas

em caso de descumprimento dos termos acordados.

Já os réus que não aceitaram a proposta também terão que pagar uma multa e, ainda, uma indenização de R\$ 5 milhões que será dividida entre todos os outros condenados pelo 8 de janeiro.

Os acusados de crimes leves são aqueles que não participaram diretamente dos ataques aos prédios públicos, mas estavam, por exemplo, acampados em frente ao quartel-general do Exército em Brasília, pedindo intervenção militar.

Os réus que fecharam acordos tiveram que cumprir um tempo de serviço comunitário menor do que aqueles que rejeitaram a proposta e foram condenados. Além dessa exigência e da proibição de acesso às redes sociais, foi aplicada aos dois grupos a obrigação de assistir a um curso sobre democracia elaborado pela PGR.

Intitulado "Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado", é exibido em vídeo e tem duração de 12 horas, dividido em quatro módulos. Os réus assistem às aulas em ambiente oficial, com controle de frequência e fiscalização realizada por um agente do Poder Judiciário, com proibição da utilização de celular durante a projeção.

Os que rejeitaram acordos e foram condenados não podem deixar suas residências até a extinção da pena, têm o passaporte suspenso e perdem o registro ou porte de arma de fogo, caso o tenham.

**1.604**

Total de réus nas ações penais pelos ataques de 8 de janeiro

**546**

Número de réus que fizeram acordo de não persecução penal junto à PGR

**500**

Total de condenados

**237**

Número de condenados a um ano de prisão

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Além dos 237 condenados a um ano de reclusão, há outras 11 pessoas que pegaram penas de dois anos e meio ou três anos.

No levantamento do STF, há 1.589 ações que tratam do 8 de janeiro, com um total de 500 condenações. Até o mês de março, o Supremo tem o registro dos 546 réus que firmaram os acordos de colaboração penal.

No fim do ano passado, o presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, afirmou que foram oferecidos acordos a mais de 1.200 pessoas, e mais da metade recusou. Procurada pela reportagem e questionada sobre quantos acordos foram propostos e seus desdobramentos, a PGR não se manifestou.

Os ANPPs não cabem para acusados por crimes mais graves e com pena maior, como os com condenações de 14 ou 17 anos de prisão. Essas penas têm sido aplicadas a réus acusados de participar da depredação das sedes dos três Poderes e de seus arredores. Criminalistas consultados pela reportagem afirmam que a proposição de acordos pela PGR apenas para as pessoas que cometeram crimes menos graves está de acordo com a legislação vigente.

Os acordos só podem ser oferecidos "se a infração penal imputada não envolver violência ou grave ameaça, e desde que a pena mínima prevista em abstrato seja inferior a quatro anos", diz Fernando Hideo, professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

"No contexto do 8 de janeiro, muitos réus respondem por incitação ao crime, cuja pena mínima em abstrato é inferior a 4 anos e não envolve violência direta. Nesses casos, havendo confissão e ausentes os impedimentos legais, é possível e juridicamente coerente — que o Ministério Público proponha o ANPP", afirma.

"Já nos casos mais graves, como os de abolição violenta do Estado democrático de Direito ou golpe de Estado, com penas elevadas, o acordo é legalmente inviável."

## Folha de São Paulo

# Golpe militar de 64 permeou votos de julgamento que fez de Bolsonaro réu

Cármem Lúcia e Flávio Dino traçaram ponte com passado e lembraram gravidade da ditadura, 61 anos após instauração do regime

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO "Ditadura mata! Ditadura vive da morte", disse a ministra Cármem Lúcia, do STF (Supremo Tribunal Federal), durante a sessão da corte na quarta-feira (26) que tornou réu o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por liderar uma trama golpista. Antes dela, o magistrado Flávio Dino afirmou: "Golpe de Estado mata. Não importa se isto é no dia, no mês seguinte ou alguns anos depois".

Ambos os ministros, ao julgar a denúncia sobre a trama golpista de 2022, fizeram referência à ditadura de 1964, que completa 61

anos nesta segunda-feira (31). Para especialistas ouvidos pela Folha, a fala sobre o tema foi pedagógica, e o julgamento, histórico. Bolsonaro é acusado de tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito e de golpe de Estado, além de outros crimes. Se condenado, pode pegar penas de mais de 40 anos de prisão.

Na sessão, Cármem afirmou que o Brasil lidou, ao longo da história, com uma "máquina que tenta desmontar a democracia" em referência à ditadura de 1964 e outros intentos golpistas. Não foi diferente no 8 de janeiro de 2023, o que "ninguém em sã consciência" pode negar, disse.



**A história está nos dando a oportunidade de ver como o Judiciário deve enfrentar uma trama de um golpe, que poderia nos colocar de novo numa ditadura**

**Hildegard Angel**  
filha de Zuzu Angel, que buscou o filho Stuart Angel, desaparecido na ditadura



**Imagino que, para elas [Forças Armadas], esse julgamento tenha um impacto bastante significativo, justamente pela transformação em réu desses oficiais gerais**

**Carlos Fico**  
professor de história do Brasil pela UFRJ sobre julgamento no STF

Usando como referência a obra da historiadora Heloisa Starling, a magistrada falou sobre "como não se faz o golpe em um dia e como o golpe não acaba em uma semana nem em um mês".

Por isso, lembrou a importância de "desenrolar" os episódios descritos pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, como atos que já eram a execução de uma tentativa de golpe em curso.

Antes dela, Flávio Dino afirmou que a morte acompanha ditaduras, ainda que tenha cometido uma imprecisão histórica, aponta Carlos Fico, professor de História do Brasil da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Comparando a sanha golpista de 2022 com a de 1964, o ministro afirmou que não houve mortes no 1º de abril. Segundo Fico, ao menos quatro pessoas morreram no dia e há "evidências muito fortes de outras mortes nos dias imediatamente seguintes".

O ministro ainda lembrou o mérito do vencedor do Oscar "Ainda Estou Aqui", de Walter Salles, em remarcar "o caráter permanente e hediondo do desaparecimento de pessoas, de tortura, de assassínios que derivam de quê? De um golpe de Estado", disse o ministro.

Ouviam da primeira fila do plenário da corte Ivo Herzog e Hildegard Angel, filhos de Vladimir Herzog e Zuzu Angel, dois grandes símbolos das vítimas da ditadura de 1964.

"A história está nos dando a oportunidade de ver como o Judiciário, como o Estado deve enfrentar uma trama de um golpe do Estado, que poderia nos colocar de novo num período de ditadura. O último durou 21 anos", disse Hildegard à Folha.

Para historiadores ouvidos pela Folha, a sessão do STF foi histórica e teve caráter pedagógico.

Histórica porque é a primeira vez, desde a proclamação da República, que militares golpistas de alta patente vão ser julgados por um tribunal civil, afirma Andrea Paula Kamensky, professora e pesquisadora da Universidade Federal do ABC.

Pedagógica também, afirma Janelson Macêdo Luiz, professor da Unifesspa (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), ao reforçar os horrores que acompanham qualquer regime de exceção em uma realidade na qual o país ainda não pune adequadamente aqueles que fazem apologia à tortura, como o fez Bolsonaro ao longo de sua história.

"Esse caráter pedagógico provavelmente impacta mais as próprias Forças Armadas do que a sociedade em geral. Imagino que, para elas, esse julgamento tenha um impacto bastante significativo, justamente pela transformação em réu desses oficiais gerais e do almirante envolvido", afirma Carlos Fico, para quem "o fato de os ministros terem se referido ao golpe de 64 como algo condenável é da maior importância".

## Folha de São Paulo



Fotos Eduardo Knapp/Folhapress

## Esquerda faz atos dispersos contra anistia a Bolsonaro e envolvidos em 8/1

Manifestação em São Paulo realizou caminhada até o antigo Doi-Codi e teve presença de Boulos, Erika Hilton e Lindbergh

Mariana Zylberkan e Yuri Eiras

**SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO** Neste domingo (30), a esquerda realizou atos dispersos pelo país, tendo a pauta contra a anistia aos envolvidos com os atos golpistas de 8 de janeiro como bandeira principal e defendendo a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A organização da maioria dos atos, que seguem ao longo dos próximos dois dias, foi feita pelas entidades que formam as frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular. Em São Paulo, políticos de partidos de esquerda e centrais sindicais se reuniram na praça Osvaldo Cruz, na região da avenida Paulista. Dali, seguiram em caminhada até o antigo Doi-Codi (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna), principal centro de tortura da ditadura militar na cidade.

Convocada pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) em suas redes sociais, a manifestação reuniu também os congressistas do PSOL Ivan Valente (SP) e Erika Hilton (SP). O Partido dos Trabalhadores (PT) foi representado pelo deputado federal Lindbergh Farias (RJ), líder do partido na Casa, e o deputado estadual Antônio Donato (SP).

"Esse ato de hoje, antes de tu-

do, ele é muito simbólico, porque amanhã completa 61 anos do golpe militar de 64 que instaurou uma ditadura nesse país. E nós estamos aqui defendendo a democracia, defendendo punição aos golpistas 61 anos depois", disse Boulos.

Afirmou ainda que será feita articulação para que o projeto de lei da anistia não seja aprovado no Congresso. "Anistia é o escambau", concluiu.

"Essa semana a gente ficou ouvindo provocação da imprensa, da direita, dizendo que nosso ato ia ser esvaziado", disse ainda o deputado. "Eu digo a vocês sem medo de errar, aqui hoje na avenida Paulista tem mais gente do que o ato golpista em Copacabana".

Quando começou a seguir rumo ao Doi-Codi, a manifestação ocupava o espaço da praça Osvaldo Cruz e seu entorno e tomava uma das duas vias da avenida Paulista, no quarteirão entre a praça e a rua Teixeira da Silva. Levantamento do Monitor do Debate Político do Cebrap e da ONG More in Common apontou que o público do ato foi de 6.600 mil pessoas.

A medição foi feita no horário considerado o pico do evento, às 15h15, por meio de fotos aéreas analisadas com inteligência artificial. O mesmo grupo contabili-



1 Vista aérea de ato contra anistia a condenados do 8/1 em São Paulo 2 Os deputados federais Guilherme Boulos e Erika Hilton (PSOL-SP) durante discurso na capital paulista 3 Manifestantes com cartazes contra ditadura e contra golpe



**Esse ato de hoje é muito simbólico, porque amanhã completa 61 anos do golpe de 64 que instaurou uma ditadura nesse país. E nós estamos aqui defendendo a democracia, defendendo punição aos golpistas 61 anos depois**

**Guilherme Boulos (PSOL-SP)**

deputado federal em discurso no ato contra a anistia a Bolsonaro

zou a presença de 18,3 mil pessoas em ato com Bolsonaro, no último dia 16, no Rio de Janeiro, a favor da anistia.

No ato em São Paulo, os manifestantes também pediam a retirada do governo de Israel da Faixa de Gaza e o fim da escala de trabalho 6x1. Houve ainda gestos a favor de Lula (PT), com participantes que faziam a letra "L" ao passar por apoiadores do presidente ao longo do caminho.

No Rio de Janeiro, o ato foi marcado para a próxima terça-feira (1º), mas entidades realizaram panfletagem e ações com cartazes pela cidade neste domingo.

Membros do MTST (Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto) carioca estenderam sob os Arcos da Lapa uma bandeira com a frase "sem anistia para quem ataca a democracia".

A bandeira, segundo membros da entidade, foi colocada às 7h e retirada dez minutos depois por policiais militares. Em nota, a PM afirmou que a remoção foi feita por se tratar de um monumento histórico e cultural.

Militantes do PT (Partido dos Trabalhadores) e da UP (Unidade Popular), no Rio, entregaram panfletos e adesivos contra a anistia, na feira da Glória e no parque do Flamengo.

O ato na capital fluminense na próxima terça está marcado para ocorrer na sede do antigo Dops (Departamento de Ordem Política e Social), no centro, com caminhada em direção ao Clube Militar, na Cinelândia.

Em Belo Horizonte, Minas Gerais, o ato se concentrou na praça da Independência, na avenida Afonso Pena. Os mineiros levaram cartazes com fotografias de desaparecidos e mortos pela ditadura militar e um boneco de pano com o rosto de Bolsonaro colocado entre grades.

Em Recife, Pernambuco, o ato ocorreu no parque Treze de Maio, no bairro da Boa Vista e em Belém, no Pará, a manifestação concentrou estudantes ao redor do Theatro da Paz.

Já em Brasília, o ato no Eixo do Lazer teve cartazes contra a anistia e pela memória dos mortos na ditadura, com referências ao filme "Ainda Estou Aqui". Também houve bandeiras e cartazes a favor da Palestina e de um cessar-fogo na região.

Há atos previstos nesta segunda-feira (31) em Niterói, no Rio de Janeiro, Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, e Fortaleza.

Na terça (1º) estão programadas manifestações nas capitais Aracaju, Campo Grande, Salvador, João Pessoa, Rio de Janeiro, Teresina, São Paulo e Fortaleza.

As frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular programaram 29 mobilizações, em municípios de diversos estados do país, entre sexta (28) e terça-feira (1º). Já o coletivo de advogados Prerrogativas promoverá um ato na segunda-feira, na PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), na capital paulista.

Pelo segundo ano consecutivo, o governo Lula não realizará atos oficiais em memória da data que marca o golpe militar de 1964.

No aniversário de 60 anos do golpe, o presidente orientou os ministérios a não fazerem nem críticas nem cerimônias ligadas ao tema, em tentativa de não tensionar a relação com os militares. Em 2024, Lula disse que preferiria não ficar "remoendo" sobre o golpe de 1964 porque isso "faz parte do passado" e ele queria "tocar o país para frente".

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania afirmou que a pasta demonstra, por meio de ações, seu compromisso com a democracia, a verdade e a memória da história política do Brasil. Em nota, destacou ações em março sobre o tema.

Entre elas, está o pedido de desculpas da ministra Macacé Evaristo às famílias de mortos e desaparecidos por negligência da União na guarda e identificação de restos mortais na vala de Perus.

Colaborou Ana Gabriela Oliveira Lima, de São Paulo

## Folha de São Paulo

Novo sistema de radar free flow é instalado na rodovia Presidente Dutra, na Grande São Paulo Zanone Fraissat - 21.nov.24/Folhapress

## Concessões de rodovias são alvo de 51 projetos de lei, e setor mostra preocupação

Propostas de parlamentares vão de isenção de pedágio para determinados usuários a obrigação de oferta de sinal de wi-fi

### INFRAESTRUTURA

André Borges

**BRASÍLIA** As concessões de rodovias à iniciativa privada são tema central de pelo menos 51 projetos de lei que, atualmente, tramitam no Congresso Nacional. A maior parte das propostas feitas pelos parlamentares prevê a inclusão de novos serviços obrigatórios pelas concessionárias, como oferta de sinal de wi-fi em todo o percurso, pontos de recarga de veículos elétricos e bases de descanso para motoristas.

O segundo tema que recebe a maior atenção é a isenção do pagamento de pedágios. Há pelo menos 11 projetos que sugerem gratuidade para alguns tipos de usuários, como motociclistas, moradores locais, veículos de serviço público e carros elétricos.

O volume de propostas ligadas a rodovias, muitas vezes com objetivos específicos, preocupa o setor privado, porque não consideram prováveis desdobramentos dessas medidas.

"Temos hoje 80 concessões de rodovias no país, entre federais e estaduais. São contratos independentes, com regras próprias. Esses projetos de lei são temerários, não só pelo desequilíbrio financeiro que podem causar, mas porque acabam desestimulando investimentos", diz Renato Fernandes de Castro, sócio do Almeida Prado Hoffmann Advogados.

Apesar disso, a movimentação parlamentar para alterar os rumos de contratos em andamento é vista como parte do papel

do Legislativo e contribui para o aprimoramento das regras. Um exemplo é o PL que vai estabelecer o novo marco regulatório das concessões e parcerias público-privadas, que está em tramitação na Câmara. O texto tem consenso entre empresas, órgãos reguladores e governo, sobre a necessidade de aprimorar regras.

Dos 51 projetos em tramitação, 45 estão na Câmara e outros seis, no Senado. A lista inclui ideias como a do deputado Florentino Neto (PT-PI), que passa a exigir a criação de postos de recarga elétrica. Já o deputado Duda Ramos (MDB-RR) sugere a isenção de pedágio para veículos elétricos.

Em tempos de instalação de pórticos que captam os dados dos carros e motos de forma automática para cobrança de pedágio (free flow), o deputado Ricardo Silva (PSB-SP) apresentou um projeto que obriga as concessionárias de rodovias a construir cabines específicas para receber tarifas de motociclistas.

George Santoro, secretário-executivo do Ministério dos Transportes, diz que as propostas são parte do jogo democrático, mas que há riscos. "Eu entendo que atingimos uma maturidade importante nas concessões de rodovias. Ajustes regulatórios têm que ser pontuais, mas com visão técnica, para evitar instabilidade jurídica. Acredito que o próprio Congresso é capaz de fazer esse filtro, com bom senso", afirma.

A ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias) observa o movimento com lupa. "Agente acompanha isso de perto

e é claro que sempre acende um alerta. Estamos falando de contratos que foram celebrados dentro de determinadas condições de retorno. A depender das mudanças, isso compromete não só a segurança jurídica, mas a própria tarifa", diz Marco Aurélio de Barcelos, diretor-presidente da ABCR. Sempre que possível, diz, o espaço mais indicado para tratar do tema é o órgão regulador, no caso, a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

"O parlamento tem toda a legitimidade para realizar os debates e trazer propostas, mas é importante garantir o diálogo e a reflexão sobre todas as implicações que isso pode ter, para que o tiro não saia pela culatra."

Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, Marcos Rogério (PL-RO) diz que a agência reguladora tem papel crucial na estabilidade do setor privado, mas isso não impede o parlamento de inovar pela via legislativa.

"Às vezes, a dificuldade encontrada por um regulador para resolver determinado assunto acaba fazendo com que o parlamento tome a iniciativa de apresentar um projeto de lei. Obviamente, na hora de você apreciar uma matéria como essa, são colocadas as variáveis de risco. Toda vez que você trabalha na perspectiva de isenção para um segmento, tem que saber que isso será repassado para outro", diz.

No parlamento, de acordo com o senador, as propostas também tendem a observar, com mais atenção, as necessidades dos usuários das rodovias.

### Rodovias na mira

**51** projetos de lei tramitam na Câmara dos Deputados (45) e no Senado (6), prevendo mudanças em contratos de concessões rodoviárias

**11** projetos preveem algum tipo de isenção de pedágio ao longo de concessões já feitas

**17** projetos incluem novas obrigações de serviços pelas concessionárias, como cobertura de internet e recarga de veículos elétricos

Fonte: Congresso Nacional, Almeida Prado Hoffmann Advogados

### Números das concessões

CONCESSÕES FEDERAIS

**26** de rodovias, com cerca de 14 mil km concedidos à iniciativa privada

CONCESSÕES ESTADUAIS

**54** de rodovias, com cerca de 13,5 mil km concedidos ao setor privado

Fonte: ANTT, ABCR

## Folha de São Paulo



Manifestantes em Nova York protestam contra a prisão de Mahmoud Khalil, ex-aluno de Columbia detido por agentes de imigração Michael M. Santiago - 12.mar.25/Getty Images/AFP

## Brasileiros vivem pânico em universidades nos EUA diante de decisões de Donald Trump

Instituições preparam guias com instruções do que fazer em caso de detenção e alertam estudantes estrangeiros sobre riscos de viagens ao exterior, já que existe chance de que sejam impedidos de voltar ao país

Julia Chaib e Diogo Bercito

WASHINGTON No terceiro ano do doutorado na Universidade Michigan, Pedro deveria estar se preparando para a qualificação de sua tese e para o trabalho de campo. Em vez disso, esse brasileiro de 30 anos está se precavendo contra a possibilidade de ser detido e deportado pelo governo americano.

Pedro, que por essa mesma razão prefere não dizer seu nome verdadeiro, está no país de maneira legal, com visto de estudante. Não cometeu nenhum crime. Esteve envolvido, porém, nos protestos pró-Palestina no seu campus — algo que hoje é o suficiente para ter problemas.

No começo de março, autoridades americanas detiveram o estudante palestino Mahmoud Khalil, da Universidade Columbia. Semanas depois, foi a vez do indiano Badar Khan Suri, da Universidade Georgetown.

Já na terça-feira (25), agentes prenderam a estudante de doutorado turca Rumeysa Ozturk. Ela foi abordada pelo serviço de imigração perto da sua casa. A cena, registrada por câmeras locais, é geralmente reservada a operações contra criminosos.

Ela não era uma líder do movimento pró-Palestina, mas havia escrito no jornal da Universidade Tufts sobre esse assunto. O governo do republicano Donald Trump agora tenta deportá-los, a despeito de todos terem vistos regulares para permanecer nos Estados Unidos.

No meio-tempo, Trump tem pressionado universidades de elite no país para que abafem

os protestos pró-Palestina, enquadrando toda crítica a Israel como antissemitismo. Retirou US\$ 400 milhões (cerca de R\$ 2,3 bilhões) de financiamento de Columbia, por exemplo, até que se adequasse às medidas.

Na universidade, palco dos maiores protestos pró-Palestina no ano passado, o brasileiro Rafael, 29, descreve um clima de pânico. Ele foi colega de classe de mestrado do aluno detido Khalil, um dos rostos da ofensiva de Trump. Como Pedro, prefere não dizer seu nome verdadeiro.

Rafael tenta adotar a discrição, sobretudo porque tem uma série de mensagens trocadas com Khalil e teme ficar em evidência. Lamenta não poder falar com o amigo. "O fato de que simplesmente sumiram com uma pessoa é assustador", afirma. "Estão atribuindo falas de pessoas que estavam no movimento como falas dele, quando ele nunca disse nenhum absurdo."

Ele relata à Folha que o receio em Columbia não se resume aos alunos estrangeiros, mas atinge também cidadãos americanos e professores. A conduta geral tem sido apagar as redes sociais, deixar os perfis de aplicativos de conversa sem foto e censurar as próprias declarações.

Conta ainda que as equipes da universidade acreditam estarem sendo monitoradas e têm medo de serem pegos por agentes da imigração ao ouvindo falar sobre temas ligados à diversidade. O governo suspendeu o financiamento e mandou as instituições acabarem com seus programas de inclusão.

Rafael recebeu na semana pas-

sada ligação de uma pessoa que se identificava como sendo do ICE (serviço de imigração americana) dizendo que haviam rastreado um pacote com material ilegal do México sendo encaminhado para ele. O estudante acredita que se tratava de um trote. Mas diversos colegas dele têm recebido ligações semelhantes, o que faz parte do clima que eles acreditam estar sendo criado pelo governo.

A Folha esteve em contato com mais de uma dezena de brasileiros que, como Pedro e Rafael, dizem se sentir em risco nos Estados Unidos. Conversam por meio de aplicativos de mensagem e trocam sugestões de como se proteger — por exemplo, apagando todas as suas redes sociais.

Diante desse cenário, as universidades de elite têm enviado mensagens aos seus alunos estrangeiros para que adiem qualquer viagem para o exterior, dado que existe um risco real de que sejam impedidos de voltar ao país. A reportagem teve acesso a diversos desses emails.

Universidades, assim como professores de maneira individual, têm circulado panfletos com instruções para o que fazer em casos de detenção e deportação. Pedro chegou a consultar uma advogada especializada em imigração para poder já traçar um plano concreto.

Entre quatro paredes, dentro dos campi, discute-se até a necessidade de os alunos que são pais concederem a guarda de seus filhos a uma pessoa de confiança para o caso de serem detidos — o que diversos imigrantes brasileiros têm feito, como já mostrou a

### Juíza suspende deportação de estudante turca

Uma juíza federal de Massachusetts proibiu temporariamente a deportação da estudante de doutorado turca na Universidade Tufts Rumeysa Ozturk, que manifestou apoio aos palestinos na guerra em Gaza, foi detida por autoridades de imigração e teve seu visto revogado.

O Departamento de Segurança Interna dos EUA acusou Ozturk, sem fornecer evidências, de "participar de atividades em apoio ao Hamas". Após a detenção, um advogado entrou com uma ação pedindo sua libertação e, na sexta (28), a União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU) juntou-se à sua defesa.

A juíza do Distrito dos EUA Denise Casper, de Boston, em Massachusetts, proibiu temporariamente a deportação de Ozturk antes que sua corte decida se mantém jurisdição sobre o caso. A magistrada ordenou que o governo de Trump respondesse às demandas de Ozturk até a próxima terça (1º)

Folha. A instrução é preparar o terreno para o pior dos cenários.

A impossibilidade de deixar o país afeta a carreira acadêmica desses alunos, já que é esperado de muitos deles que passem um período longo no exterior consultando arquivos públicos ou realizando o trabalho de campo.

Nesta semana, o secretário de Estado, Marco Rubio, anunciou o cancelamento dos vistos de aproximadamente 300 manifestantes, os quais chamou de lunáticos. A justificativa do governo é que pode deportar quem apoia organizações terroristas, como definem o Hamas, por serem um risco aos EUA, mesmo sem provas da ligação dos alunos com a facção.

Esse cenário é ainda mais preocupante para quem vem do mundo de fala árabe ou pesquisa a região. A Mesa (associação de estudos de Oriente Médio, na sigla em inglês) já alertou seus membros da incerteza sobre seu congresso anual, celebrado em novembro em Washington.

O congresso da Mesa é o mais importante do campo de estudos árabes, em que circulam os grandes nomes. Não está claro, porém, se pesquisadores vão conseguir entrar no país. Diversos deles foram impedidos, nas últimas semanas. Tampouco se sabe se isso será seguro.

Os alunos brasileiros e imigrantes em geral lidam, agora, com a dúvida sobre como agir nessa situação. Alguns dizem que sabem que precisam abaxar a cabeça, enquanto outros falam que querem lutar. Os protestos nos campi seguem, apesar de que, às vezes, com máscaras cobrindo os rostos.

**Veículo**  
Diário Caiçara



## Câmara Municipal de Caraguatubá marca presença na posse do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

*A cerimônia de posse dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Caraguatubá (CMDMC) – Gestão 2025-2027 foi realizada na manhã desta sexta-feira (28/03) na sala “Monteiro Lobato”, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Notícias das Praias



**Prefeitura de Caraguatatuba abre inscrições para contratação de organização social para serviços de saúde. Confira o edital:**

*A Prefeitura de Caraguatatuba, no Litoral Norte Paulista, publicou, no site oficial, o edital de novo chamamento público para contratação de uma Organização Social (OS).*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**

Radarm Litoral  
Repórter Online Litoral  
Fala Caragua  
Diário Caiçara  
Ubatuba Times  
Agora Vale  
Litoral Norte Web  
Notícias do Litoral Norte



## Prefeitura abre novo chamamento para gestão da Saúde com ampliação de serviços em Caraguatatuba

*A Prefeitura de Caraguatatuba publicou o edital de novo chamamento público para contratação de uma Organização Social (OS) para assumir a gestão dos principais serviços de saúde do município. A iniciativa marca uma nova fase com mais equipes, novos serviços e maior cobertura na área da saúde pública.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

# Cotidiano

## O Estado de São Paulo

### Educação

# Cidades têm mais gente recebendo Pé-de-Meia do que alunos

Em ao menos três municípios de BA, PA e MG, programa federal supera o número de matriculados no ensino médio; Ministério da Educação diz que Estados são os responsáveis por dados

ANDRÉ SHALDERS  
BRASÍLIA

Uma das principais apostas do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Pé-de-Meia tem mais beneficiários do que alunos matriculados na rede pública em pelo menos três cidades, localizadas na Bahia, no Pará e em Minas Gerais.

Além disso, há casos de beneficiários que aparentam ter renda acima da permitida pela regra do programa, que paga bolsa para alunos mais carentes. O Ministério da Educação (MEC) diz que a responsabilidade pelas informações é dos Estados e trabalha com eles para corrigir problemas.

Em fevereiro, o benefício — que só pode ser dado a jovens de famílias com renda mensal de até meio salário mínimo (R\$759) por pessoa — foi pago a mais de 4 milhões de estudantes. O custo anual do programa é de R\$ 12,5 bilhões. Abolsa chega a contemplar mais de 90% dos alunos de ensino médio em pelo menos 15 cidades de cinco Estados (mais informações no infográfico).

**EXEMPLOS.** Em Riacho de Santana (BA), cidade de 35 mil habitantes a cerca de 350 quilômetros de Salvador, a parcela de fevereiro foi paga a 1.231 pessoas, segundo dados divulgados pelo MEC. No entanto, segundo o que a direção do único colégio público que atende ao ensino médio na cidade disse a reportagem, por telefone, há no momento 1.024 alunos matriculados. Procurada, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia disse que seriam 1.677 alunos. Já o MEC fala em 1.860

no Colégio Estadual Sinésio Costa, que conta com 15 salas de aula.

O benefício foi pago no município baiano a 456 estudantes menores de 18 anos, inscritos no ensino regular; e 775 maiores, que cursam o ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (conhecida oficialmente como EJA). Ao todo, os pagamentos em Riacho de Santana somam R\$ 1,75 milhão em fevereiro. Segundo o Estadão apurou, a maioria dos problemas e pagamentos indevidos do Pé-de-Meia ocorre na modalidade EJA.

Esse cenário se repete em Porto de Moz (PA), cidade de 41 mil habitantes às margens do Rio Xingu, no norte do Pará. São 1.687 beneficiários do Pé-de-Meia, que receberam R\$ 2,75 milhões em fevereiro, de acordo com os dados do ministério. Conforme os diretores das duas escolas estaduais do município, há 1.382 alunos ma-

**Orçamento**  
Em fevereiro, benefício foi pago a mais de 4 milhões de estudantes. O custo anual é de R\$ 12,5 bilhões

triculados, ou seja, menos que o número de recebedores do Pé-de-Meia. Procurado, o MEC fala em 3.105 alunos de ensino médio, mais que o dobro do observado pelos diretores locais.

Em Natalândia (MG), os dados do MEC para o mês de fevereiro registram 326 beneficiários do Pé-de-Meia. Mas, segundo a direção da escola estadual da cidade, são 317 alunos de ensino médio matriculados

### MAIS PÉ-DE-MEIA QUE ESTUDANTES

Reportagem encontrou 15 cidades com 90% ou mais dos estudantes de ensino médio da rede pública recebendo o Pé-de-Meia. Em algumas, o número de beneficiários na base de dados do MEC supera o de estudantes do ensino médio



### Saiba mais

● **Objetivo**  
O Pé-de-Meia foi criado com o objetivo de diminuir a evasão escolar no ensino médio e aumentar o percentual de pessoas que concluem esta etapa de ensino. Para o benefício, os participantes precisam estar matriculados na rede pública; ter renda familiar até R\$ 759 por pessoa e ir a pelo menos 80% das aulas no mês.

● **Pagamentos**  
Há bolsas mensais de R\$ 200, que podem ser sacadas a qualquer momento; e um incentivo de R\$ 1 mil ao fim de cada ano letivo, que só pode ser sacado ao fim do terceiro ano,

atualmente. Já o MEC fala em 600 estudantes na Escola Estadual Alvarenga Peixoto, que tem apenas sete salas de aula.

**MAIS INCONSISTÊNCIAS.** Há outras cidades nas quais o número de beneficiários do Pé-de-Meia em fevereiro passa de 90% dos alunos matriculados. Em Quixabá (PB), são 66, um a menos do que o de matriculados. Em Alcântara (MA), município que abriga o centro espacial de mesmo nome, são 833, seis a menos nesse caso. Os dados atualizados de matrículas foram fornecidos pelas Secretarias de Educação dos Estados por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

O governo federal diz que a cobertura quase integral do Pé-de-Meia nesses casos se deve ao perfil socioeconômico. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

além de bônus para quem participar do Enem. O estudante não precisa se inscrever para receber: basta estar matriculado e pertencer a uma família que faça parte do CadÚnico. Se guardar todo o dinheiro recebido ao longo do ensino médio, o estudante pode juntar até R\$ 9,2 mil. Todos os incentivos do Pé-de-Meia são pagos em conta aberta pela Caixa em nome dos alunos.

● **Público beneficiado**  
As Regiões Norte e Nordeste são as mais beneficiadas, como mostrou o Estadão. A diferença se deve ao perfil socioeconômico, favorecendo unidades da federação mais pobres, com mais beneficiários do Bolsa Família.

de Quixabá era de 0,622 em 2010, o dado mais recente. O valor é considerado médio e põe a área em 30.º lugar no ranking estadual de 223 municípios — a média do Estado foi de 0,587.

Alcântara aparece no meio do ranking de IDH dos municípios maranhenses. Em 2010, seu IDH era de 0,573. A média do Estado era de 0,576. Ela era então o 106.º melhor entre os 217 municípios do Maranhão.

Em alguns casos, as secretarias enviam dados errados ao MEC. Na base de registros do Pé-de-Meia para fevereiro, Elísio Medrado (BA) tem 742 beneficiários, mas, segundo a direção do colégio estadual da cidade, são 355 estudantes. Questionado, o MEC disse inicialmente que a cidade teria 1.145 alunos de ensino médio.

Esse número é pouco factível: significaria que um em ca-

da oito moradores do município estaria matriculado. Mais tarde, o ministério constatou um erro da Secretaria de Educação baiana, que juntou os alunos de Elísio Medrado com os de Cocos (BA).

Na verdade, Elísio Medrado tem 390 alunos e 224 beneficiários do Pé-de-Meia, diz o MEC. “Os números de 2024 tinham estudantes de Elísio e Cocos registrados em Elísio Medrado. Em função disso, os dados da planilha disponível no portal serão atualizados com as informações retificadas pela rede na próxima janela de correção, prevista em lei”, disse a pasta.

**CRUZAMENTO E ANÁLISE.** A reportagem cruzou dados do MEC sobre os beneficiários do Pé-de-Meia, em fevereiro, com informações do Censo Escolar de 2023. Foram identificadas 81 cidades onde o número de beneficiários era ao menos 20% maior que o de alunos. A reportagem contou com as escolas para descobrir o número de alunos. Os dados atualizados de matrículas nessas cidades também foram pedidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) para os Estados.

Segundo a professora do Insper Laura Müller Machado, é preciso melhorar o cadastro único. “O pesquisador e ganhador do Prêmio Nobel (de Economia) Abhijit Banerjee diz que o maior problema social hoje é ter boas estratégias para ter bons cadastros únicos”, diz. “O pobre é subnotificado, e nós não vamos conseguir falar com ele sem um cadastro de qualidade. Existem estratégias para melhorar esses cadastros. Difícilmente será perfeito, mas pode ser melhor.”

## O Estado de São Paulo

Comunicação Propaganda e marketing

# Publicidade cresce 12,17% no País e movimentou R\$ 26,3 bi em 2024

Com exceção da retomada de 2021, no pós-pandemia, foi a maior alta nos investimentos dos últimos oito anos

IGOR RIBEIRO

Os investimentos em publicidade atingiram R\$ 26,3 bilhões em 2024 no País. Os dados são do Cenp-Meios, índice auditado que mede o volume de dinheiro movimentado pela atividade publicitária no Brasil, e foram divulgados pelo Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário (Cenp).

Trata-se do maior volume de verbas desde a criação do estudo, em 2017, e representou um aumento de 12,17% em investi-

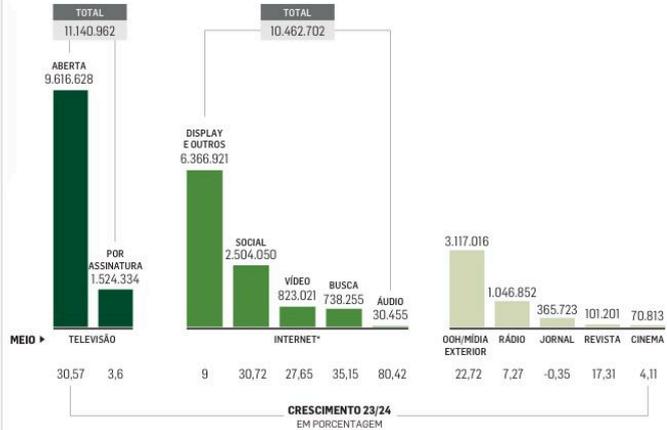
mentos em mídia em comparação com 2023. Exceto por 2021, quando os investimentos cresceram 38,78% após uma queda de 18,97% em 2020 em função da pandemia, este foi o maior incremento da série.

“Fatores como as Olimpíadas de Paris e grandes eventos comerciais, como Black Friday, agitarão as marcas”, afirma Luiz Lara, presidente do Cenp e chairman da LewLara\TBWA. “Fico especialmente feliz que quase 70% dessa mídia foi direcionada a produtos e serviços do Brasil, pois mostra a força do mercado nacional, que precisa ser muito ‘publicizado’.”

Os resultados mostram que o maior crescimento se deu na internet, especialmente nas subcategorias “Áudio” (80,42%), “Busca” (35,15%) e “Social” (30,72%). Em meios off-line, as maiores al-

### O VALOR DA PUBLICIDADE EM 2024

INVESTIMENTOS SEPARADOS POR TIPO DE MÍDIA EM MILHARES DE REAIS



\*AS AGÊNCIAS SÃO INSTRUIDAS A DIRECIONAREM RECEITAS DIGITAIS DE VEÍCULOS NATIVOS DE OUTROS MEIOS NAS PRÓPRIAS CATEGORIAS EM VEZ DE "INTERNET" (EX.: PODCAST DE JORNAL EM "JORNAL" E SOCIAL MÍDIA DE TV POR ASSINATURA EM "TV POR ASSINATURA")

FONTE: FÓRUM DA AUTORREGULAÇÃO DO MERCADO PUBLICITÁRIO (CENP), 339 AGÊNCIAS BRASILEIRAS, JANEIRO A DEZEMBRO 2024. DADOS DE 2023: 336 AGÊNCIAS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

tas foram em mídia out-of-home e TV por assinatura, ainda que a maior fatia seja da TV aberta (veja números nesta página).

“O volume de mídia aumentou como um todo. Antes a gente lia jornal todo dia, agora a

gente lê o dia todo. Antes, via o BBB ou A Fazenda toda semana, agora acompanha todos os dias nas redes, nos streamings”, diz Lara.

“Mesmo sendo uma economia em desenvolvimento, de

um País emergente, temos uma indústria criativa que sempre esteve entre as três maiores do mundo e, no ano passado, chegou ao segundo posto (segundo o festival de Cannes Lions)”, completa.●

**Veículo**  
Tamoios News  
Radar Litoral  
Fala Caragua  
Notícias das Praias  
Notícias do Litoral Norte



## Teatro Mario Covas recebe patrocínio para sistema de climatização

*O Teatro Mario Covas, em Caraguatatuba, terá um novo sistema de climatização por meio de termo de cooperação firmado entre o governo municipal e a empresa Milclean Comércio e Serviços Ltda.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Tamoios News



## Caraguatatuba, sediará o maior congresso de turismo de natureza do Brasil em setembro/2025

*Entre os dias 3 e 6 de setembro, Caraguatatuba – SP, será sede do Abeta Summit 2025, o principal encontro da cadeia produtiva do turismo de natureza no Brasil. O evento é promovido pela Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta).*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Tamoios News  
Radar Litoral  
Nova Imprensa  
Diário Caiçara



## Delegado Rodolfo do 1º DP de Caraguatatuba recebe medalha da Ordem do Mérito das Forças de Paz do Brasil

*O Delegado da Polícia Civil, Dr. Rodolfo Augusto, da 1º Delegacia de Caraguatatuba, recebeu a medalha da Ordem do Mérito das Forças de Paz do Brasil da ABFIP/ONU, pelos relevantes serviços prestados na cidade, na noite de quinta-feira (27/03), na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Tamoios News



## Caraguatatuba lança campanha para Imposto de Renda Solidário 2025

*Contribuintes de Caraguatatuba já podem destinar parte do Imposto de Renda para os Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e da Pessoa Idosa (FMDPI).*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Radar Litoral  
Repórter Online Litoral



## Caraguatatuba realiza Fórum Municipal de Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

*No Dia Mundial de Conscientização do Autismo, 2 de abril, cujo tema deste ano é "Informação gera empatia, empatia gera respeito", a Prefeitura, por meio da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (Sepedi), promove o Fórum Municipal de Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência e do Idoso (Ciapi), no bairro Jardim Jaqueira.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Nova Imprensa



## Chef de Caraguá está no maior evento de confeitaria do Brasil

*O chef confeito de Caraguatatuba, Felipe Barreto, está em um novo desafio. Campeão do reality show "Que Seja Doce", no canal GNT, e finalista do Cake Awards, maior prêmio de confeitaria artística do país, ele será agora uma das atrações do Mara Cakes Fair São Paulo 2025, maior feira de confeitaria da América Latina, que ocorrerá de 29 de maio a 1 de junho.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
G1 Vanguarda



## Aposta de Caraguatatuba acerta a quina da Mega-Sena e fatura R\$ 48,4 mil

*Uma aposta feita em Caraguatatuba (SP) levou R\$ 48,4 mil no concurso 2.846 da Mega-Sena, realizado na noite deste sábado (29). O bilhete acertou cinco das seis dezenas sorteadas.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
G1 Vanguarda  
Fala Caragua



## Justiça autoriza prorrogação de contrato da gestão de saúde em Caraguatuba

*A Justiça autorizou a prorrogação do contrato da Prefeitura de Caraguatuba com a Organização Social João Marchesi, atual responsável pelo setor de saúde da cidade do Litoral Norte de São Paulo.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

## Geral

**Veículo**  
Diário Caiçara



### GCM Caraguatatuba intensifica fiscalização à motocicletas irregulares; barulho proposital congestiona chamados de perturbação do sossego

*Na última semana, a GCM Caraguatatuba realizou bloqueios em diversos pontos da cidade.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
TV Thati



## Homem morre após ser baleado dentro de carro em Caraguatatuba

*Um homem de 29 anos foi assassinado a tiros na noite de domingo (30) no bairro Tinga, em Caraguatatuba. Segundo a Polícia Civil, a vítima foi encontrada sem vida dentro do seu próprio carro, com múltiplas perfurações pelo corpo. O autor do crime fugiu e ainda não foi localizado.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
TV Thati



## Morador de rua é morto a tiros em Caraguatatuba

*Um homem em situação de rua foi assassinado na noite de domingo (30) no bairro Barranco Alto, em Caraguatatuba. A vítima, de 36 anos, foi atingida por um disparo na cabeça e morreu no local. O caso é investigado pelo 1º Distrito Policial da cidade.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

## Clipping Eletrônico

20.02.2025

### Entrevista com o Presidente da Fundacc, Adba Cuba, para a TV Câmara

Pauta: Concurso de Marchinhas



Assista a reportagem completa [aqui](#).